



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E
CONTABILIDADE - FACE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA – ECO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Análise Econômica da Estrutura de Posse de Escravos
do Município de Palmares - PE, em 1873

Henrique de Mello de Assunção

BRASÍLIA

Agosto, 2014.

Henrique de Mello de Assunção

Análise Econômica da Estrutura de Posse do Município de Palmares em 1872

*Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência
parcial para obtenção do título de graduação em Ciências Econômicas
pela Universidade de Brasília – UnB, com orientação do Professor Doutor
Flávio Rabelo Versiani.*

BRASÍLIA

Agosto, 2014.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a Deus por todas as oportunidades recebidas.

Agradeço também a meu irmão Matheus de Mello de Assunção que tanto me auxiliou durante o curso de ciências econômicas da Universidade de Brasília, bem como a minha irmã, Flávia de Mello de Assunção por toda a ajuda na produção deste trabalho.

À minha mãe, Lisiane de Mello de Assunção e meu pai, Flávio Lucena de Assunção, por todo o apoio que deles recebi.

Ao IPEA por todo o aprendizado proporcionado por uma das melhores instituições de pesquisa econômica do Brasil.

Por ultimo gostaria de agradecer a Ágatha Marina Murari Azzolin e a Isabelle Lisbôa Santos pelo apoio recebido durante o trabalho nesta monografia.

Resumo

Esta monografia estudou a estrutura de posse e ofícios de escravos de escravos do município de Palmares-PE em 1873. Foram utilizadas bases de dados do Livro de Classificações de 1873, do Censo de 1872 e de inventários post mortem de Pernambuco. Foi encontrada uma grande importância dos pequenos e médios senhores e um decréscimo da importância dos grandes proprietários. Foi observada uma transição para a mão de obra livre, em especial por sistema de parcerias. Os escravos em plantéis com um escravo tinham maior propensão a serem utilizados tarefas intensivas em esforço que outros escravos. A Lei do Ventre Livre garantiu novos direitos aos escravos, mas poderia desincentivar a novos casamentos.

Palavras chaves: Escravos, senhores, Livro de Classificação, plantéis, ofícios.

Abstract

This paper studied the structure of slave ownership and the work performed by slaves in the county of Palmares-PE in 1873. Were used the data of "Livro de Classificações" of 1873, from the Census of 1872 and of inventories post mortem of Pernambuco. It was found a great importance of small and medium size slaveholders. It gives evidence of transition from a slave workforce to a free workforce, especially in the system of "parcerias" and a decrease in importance and number of big slaveholdings. Slaves whom owner had one slave were more used than other in intensive care Works. The "Lei do ventre livre" (Free Birth Law) granted slaves new rights, however, it could demotivate the formalization new marriages

Keywords: Slaves, masters, Classification book, slaveholdings, work.

Sumário

1.	Introdução	7
2.	Conjuntura Econômica de Palmares.....	9
2.1	Lei do Ventre Livre	9
2.2	Fundo de Emancipação	10
2.3	Livro de Classificações	10
2.4	Bases de dados	11
2.5	Palmares	14
2.6	População de Palmares	15
2.7	Escravidão no Brasil e economia de Pernambuco	16
3.	Revisão da Literatura	20
3.1	Análise econômica da Escravidão.....	20
3.2	Evidência sobre a importância de pequenos plantéis nas últimas décadas.....	22
4.	Análise dos Dados de Palmares.....	25
4.1	Indicadores Gerais da Posse de Escravos.....	25
4.2	Estrutura de posse de escravos por tamanho de plantéis.....	27
4.3	Ofícios	30
4.4	Comparação	35
5.	Famílias	42
6.	Conclusões.....	45
	Bibliografia	47

Índice de Tabelas

Tabela 1: Pernambuco: produção de açúcar, 1821-1900 (médias por quinquênio).	17
Tabela 2: Palmares: população escrava, 1873.....	25
Tabela 3: Valor médio do escravo por intervalo de plantel	27
Tabela 4: Estrutura de posse de escravos por intervalo de plantel	28
Tabela 5 Distribuição de proprietários por tamanho de plantel.....	29
Tabela 6: Distribuição dos escravos por atividade de acordo com intervalo de plantel	32
Tabela 7: Distribuição relativa dos escravos por atividade de acordo com o tamanho de plantel.....	32
Tabela 8: Dados da população Brasileira no século XIX	36
Tabela 9: Porcentual de proprietários em intervalos de plantel, em Pernambuco.....	37
Tabela 11: Estrutura de posse em Pernambuco, século XIX	39
Tabela 12: Estrutura da posse de escravos, Brasil, diversas regiões e períodos.....	40
Tabela 13: Estado civil da população de Palmares.....	44

1. Introdução

A escravidão como instituição passou por várias modificações estruturais no século XIX. Entre elas se destacam as leis que levaram ao seu fim e a diminuição do percentual de escravos em relação à população total. Das leis fundamentais para o fim da escravidão destacam-se a Lei Eusébio de Queiroz, a Lei do Ventre Livre, a Lei dos Sexagenários e a Lei Áurea. Durante o século XIX houve a transição da utilização da mão de obra escrava para a mão de obra livre, essa transição ocorreu de maneira gradual ao longo do século, com as mudanças trazidas pelas leis supramencionadas, marcando pontos importantes de análise.

O século XIX foi marcado por esta transição. A população brasileira, que tinha um percentual alto de escravos em relação ao total populacional, viu essa proporção diminuir ao longo desse século. Os escravos, que compunham 30,8% da população em 1819, em 1872 passaram a compor 15,2% (IBGE, 1987), e tal mudança ocorreu pois o crescimento da população livre foi muito maior que o da escrava neste período.

Houve também mudanças importantes no modo como é entendida a escravidão que ocorreu no Brasil. Nas últimas décadas a literatura tem salientado a importância dos proprietários de poucos escravos, que compunham a maioria dos proprietários e tinham parcela significativa do total de escravos.

O presente estudo visa analisar a estrutura da posse de escravos em Palmares no final do período da escravidão brasileira, assim como a magnitude da transição para a mão de obra livre em uma região de produção agrícola voltada para a exportação, relacionada tipicamente com a mão de obra escrava e com grandes plantéis. O município se localizava na Zona da Mata Sul da então província de Pernambuco, região tipicamente açucareira. Os dados analisados são provenientes do livro de

classificação de escravos para fins de alforria, como determinado pela Lei do Ventre Livre; do Censo de 1872; de inventários e da literatura a respeito da escravidão e daquela sobre a estrutura de posse de escravos no Brasil.

O estudo está dividido da seguinte forma: Introdução, Conjuntura Econômica de Palmares, Revisão da Literatura, Análise dos Dados, Famílias e Conclusão. A Introdução apresenta a monografia. A segunda parte, Conjuntura Econômica de Palmares, apresenta a Lei do Ventre Livre e o Fundo de Emancipação, assim como a situação da produção de açúcar em Pernambuco e em Palmares. Na seção Revisão da Literatura se observa a literatura sobre racionalidade econômica da escravidão e sobre escravidão no Brasil. Na seção de Análise dos Dados observam-se os dados de estrutura de posse para Palmares, dados gerais, como estavam distribuídos escravos e senhores e observações sobre os ofícios dos escravos. Já a seção de Famílias analisa o impacto da Lei do Ventre Livre nas famílias existentes. Por último, na seção Conclusão se encerra o trabalho com considerações finais.

2. Conjuntura Econômica de Palmares

2.1 Lei do Ventre Livre

A Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, estabelecia que todos os filhos de escravas nascidos após a data de promulgação dessa lei seriam livres, assim como atribuía novas regras para a prática da escravidão no Brasil, garantindo novos direitos aos cativos (Luna & Klein, 2010). A referida lei foi parte do processo histórico que acarretou na abolição da escravidão no Brasil em 1888 com a lei Áurea.

O objetivo da Lei do Ventre Livre era abolir a escravidão de forma gradual, minimizando os possíveis conflitos envolvendo o fim dela (Dauwe, 2010). A Lei do Ventre Livre terminava com o mecanismo de reprodução natural da mão de obra escrava (Zero, 2004) e, considerando que esta não poderia mais ser adquirida do exterior desde o fim do tráfico transatlântico de escravos determinado pela lei Eusébio de Queiroz de 1850, a escravidão terminaria após certo tempo. Esse processo não foi completado por meio deste mecanismo devido à abolição da escravidão na década seguinte.

A lei não teve efeito imediato na condição social dos escravos (Luna & Klein, 2010), já que os filhos de escravas ficariam com o senhor até completarem oito anos de idade. Atingida essa idade o senhor poderia entregar a criança para a tutela do estado ou usufruir de seus serviços até os vinte e um anos de idade do filho da escrava. Houve também a criação de vários dispositivos legais de reconhecimento de direitos dos escravos, tais como legalização da prática de alforrias, legalização do trabalho para terceiros como compra de liberdade (Campos, 2010), proibição da divisão da família escrava em caso de herança, bem como a impossibilidade de divisão de casais e de filhos menores de doze anos de seus pais e garantia ao escravo do direito a pecúlio. A incapacidade de separação de casais seria um direito apenas daqueles reconhecidos legalmente.

2.2 Fundo de Emancipação

Com a Lei do Ventre Livre foi criado o Fundo de Emancipação, que foi um aporte de recursos do Império para as províncias e municípios, que deveriam aplicá-lo na compra de alforrias de escravos da sua localidade. O Fundo de Emancipação seria formado a partir de taxas de escravos, impostos sobre a compra e venda de escravos, de loterias, das multas impostas pela lei, de pecúlios deixados por escravos no caso de falta de herdeiros, de quotas dos orçamentos do governo e de doações de terceiros com este objetivo, segundo o decreto 5.135 de 1872. Devido à escassez de recursos, havia a necessidade de ordenar a compra pelo Fundo de Emancipação das alforrias dos escravos. Tinham prioridade escravos com famílias sobre indivíduos. Dentro da categoria famílias havia preferência para famílias cujos membros pertenciam a diferentes senhores, cônjuges que tenham filhos nascido após a promulgação da Lei do Ventre Livre e, portanto, livres e também cônjuges com filhos menores de vinte e um anos. Na libertação de indivíduos havia preferência para o pai ou mãe que tivesse filhos menores que fossem escravos e escravos de doze a cinquenta anos começando pelas mulheres mais jovens e pelos homens mais velhos. Dentro das categorias havia preferência para escravos que contribuíssem com parte de sua quota e para escravos sobre os quais os senhores tivessem uma opinião positiva.

2.3 Livro de Classificações

Devido às prioridades de alforria do Fundo de Emancipação o governo criou uma matrícula especial de todos os escravos do Império, o Livro de Classificações da população escrava no país. No Livro de Classificações constavam as informações necessárias para ordenar os escravos quanto à prioridade de alforria do Fundo. A matrícula dos escravos foi feita por paróquias nas províncias do Império.

A omissão de informações para esta matrícula incorria em penas legais consideráveis. A omissão de um escravo fazia com que este fosse liberto no final do período de um ano após o encerramento da matrícula.

Considerando que o valor médio de um escravo encontrado para o município de Palmares era de 1.033\$086 mil réis ou 112,32 libras, seria uma perda considerável, um exemplo para comparação é o valor médio de um engenho encontrado nos inventários que foi de 16.435\$595 mil-réis, ou seja, a perda de um escravo correspondia em média à perda de 6,3% de um engenho. Haveria o pagamento de quinhentos réis pelo senhor para a realização da matrícula se esta fosse feita no prazo e de mil réis caso fosse feita após o encerramento do período e antes de um ano. Após este período, em caso de omissão ou fraude, a multa variava de 100 a 200 mil réis, ou de 10,87 a 21,74 libras.

As multas e possíveis perdas devido a falhas nas matrículas do Livro de Classificações nos levam a considerar as informações dessa base de dados bastante fidedignas à situação da época. A falha ao entregar informações impedia a venda do escravo, isso em um período em que houve um importante fluxo de vendas de cativos para o sudeste do país devido ao crescimento econômico da região (Luna & Klein, 2010), assim como um período em que o preço do escravo aumentou, além da possibilidade de multas, maiores custos de matrícula e da libertação do escravo. Era vantajoso, portanto, para os senhores de escravos entregarem as informações do Livro de Classificações para assim evitar perdas.

2.4 Bases de dados

Um dos mecanismos pelos quais se pode estudar a escravidão no Brasil é a análise de inventários, censos e matrículas do período da escravidão, principalmente do século XIX pela abundância relativa de dados. O estudo dessas fontes é de fundamental importância no conhecimento da estrutura produtiva brasileira da época (Luna & Costa, 1983).

As informações dessas fontes nos permitem analisar como eram distribuídos os escravos entre as províncias brasileiras, entre os senhores

de uma mesma localidade, entre áreas rurais e urbanas e por atividade, dependendo das informações disponíveis. Graças a essas fontes, nas últimas três décadas foi possível aprofundar a compreensão de como a mão de obra escrava era utilizada no Brasil (Luna & Klein, 2010).

O presente artigo usa como principais bases de dados o Livro de Classificações da população escrava no Brasil devido à Lei do Ventre Livre, o Censo da população brasileira que teve início em 1872 e inventários post mortem reunidos de Pernambuco no século XIX. O Censo e o Livro de Classificações foram feitos quase simultaneamente.

O Livro de Classificações apresenta informações necessárias para a aplicação da Lei do Ventre Livre. As seguintes informações sobre cada escravo do município estão disponíveis no Livro de Classificações: nome do escravo, nome do senhor, matrícula do escravo, número de escravos no plantel do escravo em questão, gênero, cor, idade, estado civil, profissão como categoria e em código numérico, valor monetário do cativo e observações, esta última relacionada a vínculos familiares e peculiaridades (estado de saúde, por exemplo).

Na análise dos dados da classificação de escravos foi, por vezes, necessário fazer correções, como no caso dos números de tamanho de plantel que não correspondiam ao total de escravos possuído por determinado senhor. Considerou-se que o nome do senhor de escravo estivesse correto e alterou-se o tamanho de plantel. Após essas correções foi possível, a partir das informações dos escravos, reunir algumas informações sobre os proprietários de escravos, entre elas o tamanho do plantel e o valor do plantel de escravos.

O Censo mostra informações agregadas das paróquias do Brasil. A partir da agregação das paróquias é possível ter informações sobre os municípios. Entre as informações sobre a população do Censo estão a quantidade de forros de uma paróquia, a população livre e a população escrava desta, e também os ofícios da população, nacionalidade, idade,

entre outras. As informações do Censo aparecem de forma agregada para o conjunto do município, não sendo possível a partir delas avaliar como eram distribuídos os escravos por tamanho de plantel nem obter indícios da atividade produtiva do senhor.

Segundo Slenes (1975), o Censo e o Livro de Classificações são abrangentes e representativos da população brasileira no período. Ambas as pesquisas apresentam resultados bastante semelhantes sobre a população escrava brasileira. De acordo com Slenes (1975), o Livro de Classificações seria mais representativo da população escrava para a maioria das províncias do Império do que o Censo. Tanto o Censo quanto a lista de classificação de escravos se refeririam, em princípio, a um intervalo curto de tempo; no entanto, devido a dificuldades práticas encontradas, nos dois casos a coleta de informações abrangeu um período mais longo do que o previsto. O Livro de Classificação tem seu termo de abertura datado de 17 de abril de 1873, e o de encerramento em 27 de setembro de 1875 (havendo ainda um registro posterior de 50 escravos adicionais). Os dados do Censo foram coletados principalmente em 1872, mas há diferenças importantes entre as províncias.

Os inventários post mortem mostram informações dos proprietários dos escravos. As informações mais relevantes para este estudo são aquelas relacionadas com a posse de escravos por eles, como número de escravos por proprietário e valor monetário total de escravos no inventário. Os inventários post mortem, diferentemente do Censo e do Livro de Classificações, estão distribuídos durante todo o período escravista do século XIX. Para o caso de comparação entre as diferentes bases de dados é necessário observar as diferenças entre os períodos analisados e forma de obtenção de dados.

Foram utilizadas ainda a série de produção de açúcar de Pernambuco de (Denslow Jr.) e a taxa de câmbio de mil-réis para libras do IBGE (1986) e dados da população do IBGE (1987).

2.5 Palmares

A análise dos dados do Livro de Classificações foi feita para o município de Palmares. No Censo o município de Palmares aparece com o nome antigo, Água Preta, mas ainda na década de 1870 houve divisão do município em dois, Palmares e Água Preta. O município original corresponde aos seguintes municípios atuais: Palmares, Joaquim Nabuco, Maraial, Catende, Belém de Maria e Xéxeu. Era um município pernambucano localizado na Zona da Mata Sul, área mais favorável ao cultivo de cana (Andrade, 1964). Era um importante centro açucareiro de Pernambuco (Marcondes, Desigualdades regionais brasileiras: comércio marítimo e posse de cativos na década de 1870, 2005). Em descrição do início do século XX, após a divisão do município em Água Preta e Palmares, Galvão (I2006), relata que Palmares seria “um dos mais prósperos [municípios] do Estado, pelo seu comércio, agricultura e outros recursos”, sendo a produção açucareira a principal do município. Quanto a Água Preta, o autor refere-se à plantação de vários cereais e de cana de açúcar e o comércio seria voltado principalmente para a agricultura com a presença de armazéns de açúcar e estabelecimentos de fazendas, entre outros. Ambos os municípios apresentam mais de cem engenhos cada.

A região em que os dados foram coletados passou por mudanças em sua nomenclatura no período em que o Censo e o Livro de Classificações foram feitos. Os dois processos de coleta de dados foram feitos em períodos próximos, porém, durante a coleta do Livro de Classificações, em 24 de maio de 1873 a sede do governo e do município foi transferida e o nome foi alterado para Palmares, por isso ocorre variação de nomes entre as duas coletas de dados. Aqui se designa o município por Palmares, tanto para informações do Censo quanto do Livro de Classificações pela maior utilização dos dados do Livro de Classificações do que do Censo.

2.6 População de Palmares

Segundo o Censo de 1872, o município de Palmares possuía 30.829 habitantes, sendo que destes 26.883 eram livres e 3.946 escravos. Entre os escravos havia 2.074 homens e 1.872 mulheres, com um índice de masculinidade de 110,8. O maior equilíbrio entre homens e mulheres ocorre devido ao fim do tráfico transatlântico de escravos, um dos fatores determinantes para uma superioridade artificial no número de homens na população escrava brasileira (Corrêa, 2013). Palmares era o oitavo maior município em população da província de Pernambuco, sexto da Zona da Mata, tinha a quarta maior população escrava da província e da Zona da Mata. 12,8% de sua população era composta de escravos, um índice ligeiramente inferior aos 13,24% encontrados na Zona da Mata.

Do total de 345.572 habitantes da Zona da Mata pernambucana, desconsiderando Recife, Palmares representa 8,92% da população. Considerando a população escrava da zona da mata, que era de 46.074, Palmares tinha 8,56% desse grupo, já da população livre de 299.498, Palmares representa 8,98% desse total. Recife foi desconsiderado desta análise pois apresenta uma população muito superior à de qualquer outro município da Zona da Mata, apresentando 116.671 habitantes enquanto o segundo maior município da Zona da Mata apresenta apenas 41.247. A cidade também apresentava atividades econômicas diferenciadas em relação ao restante da região, com maior percentual de sua população em atividades como comércio, artesanato e indústria.

Considera-se que o município de Palmares seja representativo da estrutura de posse de escravos do restante da região. A porcentagem de sua população escrava em relação à população total é inferior à média do restante da Zona da Mata, conseqüentemente, apresenta um maior percentual de população livre. Entretanto, essas diferenças são pequenas, menores do que 0,5%.

2.7 Escravidão no Brasil e economia de Pernambuco

Durante a maior parte da história da humanidade as relações de trabalho envolveram algum tipo de coerção (Acemoglu & Wolitzky, 2011). A escravidão foi uma dessas formas de coerção usadas ao longo do tempo, sendo que no Brasil este método foi aplicado do começo da colônia até o ano de 1888, ano da abolição da escravidão pela lei Áurea. Durante o período em que foi utilizada, a mão de obra escrava foi importante fonte de trabalho para a economia brasileira (Luna & Klein, 2010). A economia a estuda tanto na forma em que foi aplicada, quanto como análise da racionalidade ou falta desta na utilização da mão de obra escrava.

A sociedade brasileira no período escravista era consideravelmente complexa, havia uma grande importância de pequenos plantéis tanto pelo número de pequenos proprietários encontrados quanto pela participação dos pequenos plantéis no total da posse de escravos. A escravidão era uma prática difundida no Brasil, e não restrita somente aos estratos mais ricos da população (Luna & Klein, 2010).

A mão de obra escrava foi utilizada em diferentes atividades, como a agricultura exportadora, a mineração, a agricultura interna e o transporte. De acordo com a atividade, a escravidão apresentava características diferentes (Luna & Costa, 1983), (Versiani F. R., 1994). A atividade era importante para determinar a característica de plantel de escravos. Em atividades urbanas os plantéis eram menores e os escravos estavam mais distribuídos entre os plantéis (Motta, Nozoe, & Costa, 2004), enquanto em atividades da agricultura exportadora os plantéis eram maiores e mais concentrados (Luna F. V., 1988). Devido à maior média de tamanho de plantel da agricultura exportadora, nas regiões em que essa atividade era mais importante os plantéis tendiam a serem maiores.

O município de Palmares está localizado em uma região de produção açucareira, atividade relacionada à mão de obra escrava e a maiores

plantéis. Durante o século XIX a produção açucareira no Brasil cresceu, e o principal crescimento ocorreu em duas tradicionais províncias produtoras de açúcar, Pernambuco e Bahia (Luna & Klein, *Escravidão no Brasil*, 2010). A queda de produção das Antilhas seria um dos motivos que auxiliaram o aumento da produção brasileira, em especial a pernambucana, durante o século XIX. Segundo Andrade (1964), houve vários avanços tecnológicos na produção de açúcar no século XIX, como a introdução de tipos diferentes de cana de açúcar. Segundo Eisenberg (1974), nas áreas ocidentais da mata úmida, a Zona da Mata Sul, o número de engenhos quase dobrou na segunda metade do século.

Tabela 1: Pernambuco: produção de açúcar, 1821-1900 (médias por quinquênio).

Ano	Produção de Açúcar (toneladas)
1821-26	12.798
1826-31	23.276
1831-36	23.408
1836-41	31.042
1841-46	38.910
1846-51	56.034
1851-56	62.148
1856-61	65.840
1861-66	59.092
1866-71	57.530
1871-76	86.570
1876-81	120.098
1881-86	138.028
1886-91	161.260
1891-96	178.640
1896-00	132.550

Fonte: Denslow Jr., David A. *Sugar Production in Cuba and Northwest Brazil, 1858-1908*. PhD Dissertation, Yale University. 1974. (pp. 8-10).

Os preços do açúcar variaram consideravelmente no século XIX, sendo que a sua queda foi considerada um indício de crise da indústria açucareira no período das décadas de 1860 e 1870 por Eisenberg (1974), porém, houve aumento da produção de açúcar neste período. O aumento

da competição internacional devido à entrada de novos concorrentes no mercado externo (Luna & Klein, 2010), a introdução do açúcar de beterraba no mercado Europeu (Eisenberg, 1974) e a introdução de novas técnicas na produção canavieira pernambucana levaram ao cenário de queda de preços junto com aumento da produção. A queda de preços prejudicou especialmente os produtores menos eficientes.

Ocorreu no século XIX a transição do trabalho escravo para a mão de obra livre em Pernambuco, de modo que em 1872 os trabalhadores livres superavam em número os trabalhadores escravos para todos os ofícios catalogados (Eisenberg, 1974). Um dos eventos importantes para essa mudança foi o processo de abolição, com o fim do tráfico transatlântico de escravos houve um aumento do uso de mão de obra livre e uma diminuição do uso de mão de obra escrava em Pernambuco (Andrade, 1964). Segundo Henrique Millet, não houve prejuízos com o fim do tráfico de escravos, mas sim aumento da produção.

A mão de obra livre na produção de açúcar era usada em algumas formas importantes, entre elas se destacam os moradores e os lavradores. Ambos os mecanismos eram sistemas de parcerias, que durante o século XIX foram fundamentais para a produção de açúcar de Pernambuco e segundo Andrade (1964), mais de metade da lavoura de cana de açúcar era plantada em sistema de parceria.

Os moradores eram trabalhadores que recebiam pedaços de terra na propriedade de algum latifundiário e deveriam pagar uma quantia por esse aluguel, em dinheiro, trabalho ou produtos. Dos dois sistemas de parceria citados, esse era o dos que eram geralmente mais pobres.

Os lavradores eram uma classe média rural (Eisenberg, 1974) que plantava cana, mas não possuía engenho, assim, necessitavam comercializar sua produção com algum proprietário de engenho. Esse comércio era feito a partir de um contrato no qual se estabelecia que os lavradores deveriam entregar sua cana ao senhor de engenho e em troca

recebiam parte do açúcar produzido. A natureza do contrato variava dependendo das condições do lavrador e do senhor de engenho. Os lavradores podiam ou não ter terra própria, e caso não tivessem alugavam de senhores de engenho.

A instituição dos lavradores existiu por um grande período de tempo, sendo que Dussen (Dussen, 1947), em 1639, faz referência aos lavradores de Pernambuco. A produção de açúcar dos lavradores estava em alta no século XIX (Eisenberg, 1974), sendo que em 1878 eles eram responsáveis por metade da produção açucareira da província.

3. Revisão da Literatura

3.1 Análise econômica da Escravidão

O estudo da escravidão pela ótica econômica é importante para a melhor compreensão desta prática (Versiani F. R., 2007). Essa análise levou vários autores a questionarem os motivos da ocorrência da escravidão, a racionalidade por trás deste sistema de trabalho. As duas principais correntes de pensamento são, primeira, que a escravidão seria inerentemente ineficiente economicamente de maneira que a razão de sua prática viria de motivos não econômicos, como obtenção de status social e paternalismo das classes dominantes, já a segunda linha de raciocínio argumenta que a escravidão seria economicamente eficiente (Fogel & Engerman, 1977).

O estudo de Fogel e Engerman (1977) calcula a eficiência do trabalho escravo na produção de gêneros para exportação das fazendas do Sul dos Estados Unidos em comparação com fazendas do norte que usavam trabalho livre e fazendas de mão de obra livre no sul. Segundo os autores, a mão de obra escrava apresentaria ganhos de escala quando organizada em grupos de alta intensidade de trabalho, esses ganhos só foram observados em atividades agrícolas exportadoras como tabaco e algodão. O artigo utiliza como base para esse ganho de escala quinze escravos, sendo que plantéis acima deste número seriam mais produtivos. A conclusão desta pesquisa auxilia na explicação da utilização da mão de obra escrava em grandes lavouras, porém, é insuficiente para explicar o porquê da mão de obra escrava ser usada em outras atividades, como artesanato e artes, entre outros, que foram observadas para o caso brasileiro.

Fenoaltea (1984) apresenta um modelo em que diferencia os incentivos que o senhor poderia dar ao escravo. O senhor pode escolher dar incentivos positivos ou negativos, sendo que os negativos aumentariam o nível de esforço do escravo, mas diminuiriam o nível de

cuidado e boa vontade, enquanto os incentivos positivos motivariam precisão e boa vontade por parte dos trabalhadores. A escolha entre que incentivo utilizar ocorreria devido à produtividade marginal do incentivo dado e a diferença entre eles se daria pelo tipo de atividade em questão. Atividades intensivas em esforço, como, por exemplo, as atividades da agricultura exportadora colonial tais como produção de açúcar e algodão, seriam estimuladas por meio de incentivos negativos, enquanto atividades intensivas em cuidado, nas quais a boa vontade do trabalhador era necessária, eram incentivadas por meio de estímulos positivos. Um exemplo desta última foi à exploração de ouro no Brasil colonial, situação na qual era necessária cooperação do minerador, por conseguinte eram praticados incentivos positivos para os escravos que usados na mineração aurífera.

O artigo de Versiani (1994) mostra uma divisão semelhante à de Fenoaltea (1984). A divisão do trabalho escravo se daria em dois grupos de atividades, aquelas intensivas em esforço e aquelas intensivas em habilidades. Os tipos de atividade seriam divididos em qual fator de trabalho seria mais utilizado na atividade em questão. As atividades intensivas em habilidade seriam atividades com maior intensidade em capital humano, como artesanato, comércio, artes, entre outros, enquanto atividades intensivas em esforço seriam atividades com maior intensidade em esforço físico, como o trabalho na lavoura de açúcar.

Devido ao maior custo de monitoramento das atividades intensivas em habilidade, essas seriam incentivadas por meio de recompensas positivas, como renda extra e possibilidade de alforria, entre outros. Já as atividades intensivas em esforço seriam incentivadas pela possibilidade de punições, como castigos físicos. É necessário frisar que ambos os incentivos podem ser usados para qualquer um dos tipos de atividades e que a situação mais comum não deveria ser de um domínio completo de apenas um incentivo em cada uma das atividades.

3.2 Evidência sobre a importância de pequenos plantéis nas últimas décadas.

A análise dos plantéis de escravos no Brasil é importante para o entendimento das relações entre senhores e escravos no período. A partir dessa análise, nas últimas décadas houve uma mudança na percepção da sociedade brasileira escravista. Esta seria uma sociedade complexa, tanto economicamente como socialmente, quebrando com a ideia da dicotomia entre grandes senhores e escravos. Haveria, por conseguinte, uma maior gama de relações entre escravos e senhores (Versiani F. R., 2007) e os pequenos plantéis de escravos teriam uma importante participação econômica e uma parte significativa do total da posse de escravos.

O artigo de Luna e Costa (1983) faz uma análise econômica dos plantéis de São Paulo no início do século XIX, esta é feita a partir de dez localidades paulistas escolhidas por sua representatividade. A disseminação da posse de escravos entre a população era considerável, sendo que 25% dos domicílios paulistas nas localidades analisadas possuíam pelo menos um escravo. Em todas as localidades foi observado que a maioria dos senhores possuía de um a cinco escravos. Nos municípios produtores de açúcar a média de escravos por senhor era superior, o que mostra um maior número relativo de grandes plantéis em áreas produtoras de açúcar.

O artigo de Versiani e Vergolino (2003) analisa os plantéis de escravos a partir de inventários post mortem para as áreas do Sertão e do Agreste de Pernambuco. Essas áreas praticariam atividades que eram consideradas não compatíveis com o trabalho escravo, porém em ambas havia um percentual significativo de escravos na faixa etária mais produtiva, no artigo considerado, de 15 a 40 anos. Os escravos pertenciam majoritariamente a pequenos plantéis, eram comprados para atividades produtivas e eram o principal ativo dos inventários analisados. 73% dos inventários encontrados no Agreste e 83% daqueles encontrados

no Sertão possuíam escravos, o que mostra a disseminação desse tipo de trabalho entre a população das duas regiões. A utilização da mão de obra escrava nessas áreas mostra a difusão de escravos no Brasil para atividades que não se consideravam compatíveis com esse tipo de mão de obra, como a pecuária.

O estudo de Motta, Nozoe e Costa (2004) avalia a estrutura de posse de escravos em São Cristóvão, uma paróquia no município neutro do Rio de Janeiro. No artigo, que analisa uma área principalmente urbana de uma economia dinâmica, encontra-se a posse de escravos difundida pela população. Os pequenos plantéis tinham uma participação importante no total dos escravos do município.

O artigo de Luna (1981) faz a análise da economia de Minas Gerais no período de 1718 a 1804, época da mineração de ouro e diamantes na província. O estudo analisa municípios mineiros ao longo do tempo nessa região e caracteriza suas atividades como diferentes daquelas da monocultura de exportação, devido a peculiaridades da economia escravista e da mineração do ouro, sendo que o sistema de recompensas para a exploração do ouro seria mais focado em incentivos positivos do que em punições devido à necessidade de cooperação do cativo para o sucesso da exploração aurífera. Foi encontrado na província um predomínio de proprietários com pequeno índice de escravos, as médias de escravos das cinco localidades estudadas entre 1714 e 1804 variavam entre 3,9 a 6,5 escravos por proprietário e o Índice de Gini da posse de cativos estava entre 0,403 e 0,573, considerado pelos autores como relativamente bem distribuído.

O artigo de Luna e Klein (2013) analisa a posse de escravos para duas províncias, São Paulo e Minas Gerais, a partir de informações da população de 1829 e do começo da década de 1830. O estudo observa que em ambas as províncias grandes proprietários de escravos eram raros, enquanto havia um grande número de pequenos proprietários, e

esses possuíam um porcentual grande do total da população escrava. Esse estudo reforça a tese da importância dos pequenos plantéis na economia brasileira, em particular para a região de crescimento da plantação cafeeira de São Paulo.

Os vários artigos apresentados mostram informações sobre diferentes regiões do Brasil em diferentes períodos. A média de escravos e a atividade econômica diferem nas regiões, porém o pequeno plantel de escravos era relevante nas atividades econômicas observadas. A atividade econômica foi um fator determinante para o tamanho de plantel em análises comparativas, sendo que regiões de crescimento da agricultura para exportação apresentavam maiores médias de tamanho de plantel.

4. Análise dos Dados de Palmares

4.1 Indicadores Gerais da Posse de Escravos

Havia no município de Palmares 4.011 escravos e 678 proprietários no Livro de Classificações feito devido à Lei do Ventre Livre. A média de escravos por proprietário é de 5,9. Metade dos proprietários apresentava posse de três ou menos escravos enquanto a outra metade, de três ou mais. O mais comum era o proprietário que tinha um escravo. Esse número mostra a importância relativa dos pequenos proprietários, que será mais bem ilustrada quando se observar cada intervalo de plantel. Os dados do Livro de Classificações apresentados aqui diferem um pouco dos do Censo, o número de escravos nele registrados é superior aos 3.946 encontrados no Censo. Como visto anteriormente, considera-se que o valor encontrado no Livro de Classificações é mais fidedigno a situação da época.

Tabela 2: Palmares: população escrava, 1873.

Indicadores da população escrava	Valores
Total de escravos	4011
Total de proprietários	678
Média de escravos por proprietário	5,9
Mediana do tamanho de plantel	3
Moda do tamanho de plantel	1
Desvio padrão	8,41
Maior número de escravos	87
Coeficiente de Gini do valor dos escravos	0,59
Coeficiente de Gini do número de escravos	0,57

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos; Elaboração própria.

O Livro de Classificação não apresenta dados sobre a quantidade de domicílios do município nem da população geral, enquanto o Censo não apresenta informações sobre a quantidade de proprietários de escravos. Portanto, para obter uma medida da difusão da posse escrava pelo município foi necessário cruzar informações dessas duas bases de dados. Segundo o Censo havia 30.829 pessoas no município de Palmares, e no

Livro de Classificação observa-se 678 proprietários de escravos, assim conclui-se que 2,2% da população era proprietária, mas considerando apenas a população livre de 26.883 pessoas, a porcentagem de proprietários de escravos atinge 2,5%. O município de Palmares apresenta no Censo 5185 fogos, se considerar-se que se encontre no máximo um proprietário por domicílio, encontra-se a porcentagem de 13,07% dos domicílios com posse de escravos.

O Índice de Gini da posse de escravos em Palmares foi de 0,57 e o Índice de Gini para o valor de escravos foi de 0,59. Ambos foram calculados usando somente as informações dos proprietários de escravos, desconsiderando-se a população livre não proprietária de escravos. A consideração da população livre que não possuía escravos iria levar o valor do índice a ser muito alto e impedir a comparação com outros estudos que utilizam esse indicador. O Índice de Gini observado mostra uma posse relativamente bem distribuída (Luna F. V., 1981).

A diferença entre o Índice de Gini de valor e Índice de Gini de tamanho da posse mostra uma concentração relativa dos escravos mais bem avaliados monetariamente em plantéis maiores. Porém, deve se tomar cuidado. Em plantéis com um escravo o cativo valia em média 119,90 libras enquanto em plantéis de 2 a 5 escravos o valor médio era de 107,66 libras, de 6 a 10 escravos o valor médio era de 110,15 libras, em plantéis de 11 a 20 escravos o valor médio era de 114,74 libras, em plantéis de 21 a 40 o valor médio era de 117 libras. A maior concentração do valor monetário de escravo que da posse determinada a partir da análise do Índice de Gini ocorre devido ao baixo valor dos escravos em plantéis intermediários.

Foi feito um teste de diferença de média do valor do escravo entre plantéis de mais de 40 escravos e plantéis de 2 a 40 escravos. A diferença do valor médio dos escravos foi significativa, pois provavelmente os

maiores plantéis pertencessem a senhores de engenho, visto que Palmares é uma área de produção de açúcar tradicional.

Tabela 3: Valor médio do escravo por intervalo de plantel

Tamanho do plantel	Valor médio do escravo
1	119,9
2 a 5	107,66
6 a 10	110,15
11 a 20	114,74
21 a 40	112,17
mais de 40	117

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos; Elaboração própria.

O Índice de Gini, a média de escravos e a distribuição deles por domicílio apresentam informações diferentes sobre a população escrava. O Índice de Gini mostra o quão concentrada era a posse de escravos entre os proprietários. A média de escravos indica quão grande eram os plantéis de escravos em média em uma determinada região. A distribuição da posse de escravos entre os domicílios mostra o quão distribuída entre a população era a posse de escravos para a região analisada.

4.2 Estrutura de posse de escravos por tamanho de plantéis

Os indicadores gerais apresentam um quadro de como a escravidão ocorria no município de Palmares, mas não mostram como os próprios escravos estavam divididos entre os diferentes plantéis nem os ofícios desses escravos. A análise da estrutura de posse permite analisar essa esfera.

Os dados do Livro de Classificação permitem analisar como os plantéis eram organizados no município de Palmares. Utilizando como base outros estudos, como Luna e Klein (2013), Versiani e Vergolino (2003) e Luna e Costa (1983), foi utilizada a seguinte divisão dos plantéis de escravos: plantéis com um escravo, com dois a cinco escravos, com seis a dez, com onze a vinte, com vinte a quarenta e com mais de quarenta escravos. Essa divisão permite agrupar de maneira eficiente os

plantéis sem perder peculiaridades dos plantéis menores. Caso necessário, ainda é possível agrupar essas divisões de maneira mais abrangente para a comparação com outros estudos.

Tabela 4: Estrutura de posse de escravos por intervalo de plantel

Distribuição de escravos por tamanho de plantel	Número de escravos	Porcentual do total	Porcentagem Acumulada
1	191	4,8%	4,8%
2 a 5	846	21,1%	25,9%
6 a 10	776	19,3%	45,2%
11 a 20	996	24,8%	70,0%
21 a 40	805	20,1%	90,1%
mais de 40	397	9,9%	100,00%
Total	4011		

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos; Elaboração própria.

A distribuição de escravos por tamanho de inventário em Palmares era da seguinte forma: dos 4012 escravos de Palmares, havia 191 escravos em plantéis com um escravo, 847 escravos em plantéis com dois a cinco escravos, 776 em plantéis com 11 a 20, 805 em plantéis com vinte e um a quarenta e 397 em plantéis com mais de quarenta escravos. É necessário observar os valores relativos para que se possa comparar os resultados obtidos com os resultados obtidos em outras pesquisas, principalmente aquelas que usaram inventários como principal base de dados. A distribuição relativa de escravos por tamanho de plantel se dava da seguinte forma: 4,76% em plantéis de apenas um escravo, 21,11% em plantéis de dois a cinco escravos, 19,31% em plantéis de seis a dez escravos, 24,83% em plantéis de onze a vinte escravos, 20,06% em plantéis de vinte e um a quarenta escravos e 9,90% em plantéis de mais de quarenta escravos.

A distribuição acumulada de escravos nos permite analisar como categorias mais abrangentes de classificação de plantéis participavam da distribuição acumulada da posse de escravos no município. Os plantéis

com um a cinco escravos correspondiam a 25,87% dos escravos, enquanto os plantéis com vinte e um ou mais escravos possuíam 29,96% dos escravos e os plantéis de cinco a vinte cativos correspondiam a 44,17% dos escravos. Essas informações mostram como a maioria dos escravos em Palmares estava em plantéis de tamanho intermediário.

Tabela 5 Distribuição de proprietários por tamanho de plantel

Intervalo de Plantel	Número de proprietários	Porcentual do total	Porcentual acumulado
1	191	28,2%	28,2%
2 a 5	281	41,5%	69,6%
6 a 10	103	15,2%	84,8%
11 a 20	67	9,9%	94,7%
21 a 40	29	4,3%	99,0%
mais de 40	7	1,0%	100,0%
Total	678		

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos; Elaboração própria.

A distribuição dos senhores de escravos por tamanho de plantel é dada da seguinte forma: dos 678 senhores de escravos de Palmares 191 possuíam um escravo, 281 possuíam de dois a cinco escravos, 103 possuíam de seis a dez escravos, 67 possuíam de onze a vinte escravos, 29 possuíam de vinte e um a quarenta e 07 possuíam mais de quarenta escravos. Novamente, é necessário analisar os valores relativos observados na distribuição, sendo estes da seguinte forma: 28,17% possuíam um escravo, 41,45% possuíam de dois a cinco escravos, 15,19% possuíam de seis a dez escravos, 9,88 possuíam de onze a vinte escravos, 4,28 possuíam de vinte e um a quarenta e 1,03% possuíam mais de quarenta escravos.

A maioria dos senhores de escravos do município apresentava pequenos plantéis. 69,72% dos senhores possuíam até cinco escravos, enquanto o grupo de proprietários que possuía grandes plantéis, com mais de vinte cativos, representava apenas 5,31% do total de proprietários. Os plantéis intermediários, a faixa que mais possuía escravos no município de Palmares, correspondia a 25,07% do total de senhores de escravos. A

maioria dos proprietários possuía pequenos plantéis, de até cinco escravos.

4.3 Ofícios

O Livro de Classificação e o Censo nos oferecem informações sobre os ofícios dos escravos no município de Palmares. Os dados do Livro de Classificação apresentam as informações da profissão de cada um dos escravos enquanto os dados do Censo apresentam informações agregadas para o município.

O município de Palmares era voltado principalmente para a agricultura, em especial a plantação de cana de açúcar, devido a sua localização na Zona da Mata Sul e a descrição posterior. Os dados do Censo mostram essa situação: o município de Palmares tinha 30.829 pessoas, destas, 18.556 trabalhavam na agricultura, ou seja, 60,19% do total da sua população, descritas no Censo como lavradores. Analisando separadamente a população escrava da população livre não se observa uma mudança grande nas proporções, dos 3.946 escravos do município, de acordo com o Censo 2.451 trabalham na agricultura, o que corresponde a 62,11% do total de escravos, enquanto das 26.883 pessoas livres em Palmares 16.105 trabalhavam na agricultura, 59,91% do total. As proporções são, portanto, próximas para a população escrava e para a população livre.

Considerando os dados do Livro de Classificação, sem nenhum corte, encontram-se 2667 escravos em atividades agrícolas de um total de 4012 escravos registrados nesse livro, o que corresponde a 66,47% do total de escravos. O valor foi superior ao encontrado no Censo, tanto para a população escrava como a para a população livre, sendo a diferença para a população livre superior. Essa diferença pode estar relacionada à eficiência da mão de obra escrava em atividades agrícolas, como visto por

Fogel e Engerman (1977), porém, diferente do exposto nesse artigo, os escravos de Palmares estão distribuídos em plantéis pequenos e grandes, e principalmente em plantéis intermediários. Outra indicação da eficiência dos escravos é a transferência de escravos de zonas urbanas para áreas rurais que ocorreu no Brasil com o final do tráfico transatlântico de escravos.

Na análise dos ofícios a partir do Livro de Classificação, foi feita a divisão das profissões em atividades intensivas em habilidade e atividades intensivas em esforço segundo Versiani (1994). As atividades de agricultura foram consideradas atividades intensivas em esforço enquanto as outras foram consideradas intensivas em habilidade. Entre as profissões consideradas intensivas em habilidade as principais são: servidores domésticos, cozinheiros, carreiros, costureiros, criados, artistas e mucamas. Todas as outras profissões apresentam menos de 20 escravos empregados. A média do valor dos escravos intensivos em esforço é de 1.098\$565 mil-réis ou de 119,44 libras, enquanto a média do valor de escravos intensivos em habilidade é de 1.118\$304 mil-réis ou de 121,58 libras, sendo os escravos intensivos em habilidade ligeiramente mais bem avaliados, embora essa diferença não seja estatisticamente significativa.

Na base de dados de Palmares há duas categorias importantes que não foram especificadas no código da profissão, enfermeiro e artista. Essas profissões estavam descritas na coluna de profissão, mas estavam generalizadas na categoria de código de profissão como "outras profissões ou habilidades". É importante notar que essas profissões necessitam de alto capital humano e, portanto foram enquadradas como atividades intensivas em habilidade.

Nos dados do Livro de Classificação encontram-se 586 escravos descritos como sem habilidades. Deste total, 489 tinham dez ou menos anos de idade, representando 83,45% do total. No Livro de Classificação foram encontrados no total 828 escravos com dez anos de idade ou

menos, sendo que, destes, 59,05% eram os que apareciam como sem habilidades. Para análise comparativa foi observada a distribuição de escravos entre aqueles que se enquadravam como “sem habilidades” e as outras categorias para outros intervalos de idade, considerando intervalos de dez em dez anos. Em nenhum outro intervalo de idade se observou mais de 5% dos escravos como pertencentes à categoria “sem habilidades”, por essa razão foram excluídos os escravos de dez anos de idade ou menos da análise de ofícios dos dados do Livro de Classificação. O grande número de escravos com menos de dez anos sem habilidades é devido à necessidade de treinamento e de um mínimo de idade para ofícios, como aqueles relacionados à agricultura.

Tabela 6: Distribuição dos escravos por atividade de acordo com intervalo de plantel

Tamanho dos plantéis	Intensivos em esforço	Intensivos em habilidade	Sem habilidades	Total
1	95	69	4	168
2 a 5	504	149	19	672
6 a 10	463	133	13	609
11 a 20	617	141	26	784
21 a 40	495	130	23	648
mais de 40	231	60	11	302
Total	2405	682	97	3183

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos; Elaboração própria

Tabela 7: Distribuição relativa dos escravos por atividade de acordo com o tamanho de plantel

Tamanho dos plantéis	Intensivos em esforço	Intensivos em habilidade	Sem habilidades
1	56,55%	41,07%	2,38%
2 a 5	74,89%	22,14%	2,97%
6 a 10	76,03%	21,84%	2,13%
11 a 20	78,70%	17,98%	3,32%
21 a 40	76,39%	20,06%	3,55%
mais de 40	76,49%	19,87%	3,64%

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos; Elaboração própria

Com o corte dos escravos com dez anos de idade ou menos a base de dados diminui de 4012 para 3184 escravos. Este novo grupo foi dividido entre os três grupos de atividades, as intensivas em esforço, as intensivas em habilidade e aqueles que apareceram no Livro de Classificação como sem habilidades. O grupo intensivo em esforço contava com 95 escravos em plantéis de um escravo, 504 em plantéis de dois a cinco escravos, 463 em plantéis de seis a dez escravos, 617 em plantéis de onze a vinte, 495 cativos em plantéis de vinte e um a quarenta e 231 em plantéis com mais de quarenta escravos. Considerando o corte de idade, esses números correspondem a 56,55% dos escravos em plantéis de um escravo, 74,89% dos cativos em plantéis de dois a cinco escravos, 76,03% dos escravos em plantéis de seis a dez escravos, 78,70% dos escravos em plantéis de onze a vinte escravos, 76,39% dos escravos em plantéis de 21 a 40 escravos e 76,49% dos escravos em plantéis de mais escravos.

O grupo intensivo em habilidade contava com 69 escravos em plantéis de um escravo, 149 em plantéis de dois a cinco escravos, 133 escravos em plantéis de seis a dez escravos, 141 em plantéis de onze a vinte, 130 cativos em plantéis de vinte e um a quarenta e 60 em plantéis com mais de quarenta escravos. Ainda considerando o corte de idade, esses números correspondem a 56,55% dos escravos em plantéis de um escravo, 74,89% dos cativos em plantéis de dois a cinco escravos, 76,03% dos escravos em plantéis de seis a dez escravos, 78,70% dos escravos em plantéis de onze a vinte escravos, 76,39% dos escravos em plantéis de 21 a 40 escravos e 76,49% dos escravos em plantéis de mais de quarenta escravos.

O grupo sem habilidade contava com 4 escravos em plantéis de um escravo, 19 em plantéis de dois a cinco escravos, 13 escravos em plantéis de seis a dez escravos, 26 em plantéis de onze a vinte, 23 cativos em plantéis de vinte e um a quarenta e 11 em plantéis com mais de quarenta escravos. Considerando o corte de idade, esses números correspondem a

2,38% dos escravos em plantéis de um escravo, 2,97% dos cativos em plantéis de dois a cinco escravos, 2,13% dos escravos em plantéis de seis a dez escravos, 3,32% dos escravos em plantéis de onze a vinte escravos, 3,55% dos cativos em plantéis de 21 a 40 escravos e 3,64% dos escravos em plantéis de mais de quarenta escravos. O grupo de escravos sem habilidades representa um percentual pequeno dos escravos se forem desconsiderados os escravos com menos de dez anos de idade.

Em todos os grupos se observou que, majoritariamente, os escravos e provavelmente também os senhores estavam voltados a atividades agrícolas, intensivas em esforço. Porém, no grupo de senhores que possuíam apenas um escravo, o percentual é significativamente menor que os outros grupos. Nos intervalos de plantel maiores do que um escravo o grupo de escravos empregados em atividades intensivas em esforço correspondia a 74 a 79% do total, enquanto no plantel de um escravo esse número era de 56,6%. Essa diferença mostra que os senhores de apenas um escravo estavam em mais atividades produtivas que os senhores de outros intervalos de tamanho de plantel. Essa diferença pode vir de diferenças no custo de monitoramento do escravo, já que com apenas um escravo poderia ser possível para o senhor monitorá-lo com certa eficiência em atividades que exigissem muitos cuidados e boa vontade do escravo, o que fazia com que para senhores de apenas um escravo fosse mais eficiente utilizá-los em tarefas intensivas em habilidades.

Há uma grande importância dos escravos em atividades intensivas em esforço nos plantéis intermediários de escravos, aqueles de cinco a vinte escravos, que possuíam 44,17% do total de escravos do município. Essa informação indica que esse grupo esteve atrelado principalmente a atividades agrícolas.

Essa grande participação dos proprietários intermediários na posse da população escrava e a utilização destes escravos em atividades

intensivas em esforço, que em Palmares eram essencialmente agrícolas, indicam que estes proprietários eram lavradores ou senhores de engenho com pequenos plantéis de escravos. Segundo Andrade (1964), eram encontrados na mata norte, região à qual Palmares não pertence, senhores de engenho com plantéis de quatro a doze escravos, devido ao número elevado de engenhos encontrados em Palmares em anos posteriores e à pequena quantidade de grandes proprietários. Há evidências que esta modificação, a diminuição dos plantéis de escravos dos senhores de engenho, ocorresse em Palmares e na mata sul também, a média de escravos por engenhos seria muito inferior aos 66 escravos encontrados para o estudo de Schwartz (1988) para a Bahia de 1816 a 1817.

Esses valores indicam aumento da participação dos lavradores, agricultores com posses intermediárias ou pequenas de escravos, no total da posse de escravos. Utilizando este valor como Proxy da produção, os resultados aqui encontrados se assemelham aos apresentados por Eisenberg (1974) e Andrade (1964), que dizem que a participação dos lavradores no total da produção açucareira aumentou no período.

4.4 Comparação

O século XIX foi um século de importantes mudanças na composição da população brasileira. A diminuição relativa da população escrava no país durante este século é significativa. Em 1812 o percentual de escravos na população total chegava a 30,79%, e segundo o Censo de 1872 o percentual em tal ano baixou para 15,21%. A participação dos escravos no total da população de Pernambuco foi inferior à média brasileira nos dois anos analisados, em 1812 o percentual pernambucano era de 26,5% enquanto em 1872 essa participação era de 10,6%. É necessário ter em mente essa modificação ao se analisar os dados de diferentes períodos do século XIX.

Tabela 8: Dados da população Brasileira no século XIX

Ano	Região	População Livre	População escrava	População Total	% de escravos
1812	Brasil	2.488.743	1.107.389	3.596.132	30,8%
	Pernambuco	270.832	97.633	368.465	26,5%
1872	Brasil	8.419.672	1.510.806	9.930.478	15,2%
	Pernambuco	752.511	89.028	841.539	10,6%

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos; Elaboração própria.

Palmares possuía média de 5,9 escravos por proprietário. Essa medida é inferior à encontrada por Schwartz (1988) de 7,2 para a Bahia de 1817 a 1818, e a média encontrada para os senhores de engenho é de 66 escravos por plantel. Essa diferença mostra a modificação da produção açucareira em Pernambuco e a transição para o trabalho livre que ocorreu ao longo do século (Andrade, 1964). A média de Palmares é superior à encontrada em São Cristóvão, de 3,7 em 1870 em pesquisa feita pelos registros da população, a característica urbana e comercial deste município levando a plantéis normalmente menores. A média de Palmares é inferior aos 7 escravos por plantel de Minas Gerais e aos 6,3 de São Paulo em 1830 (Luna & Klein, 2013), definidas pela análise de listas da população das duas regiões. A média de Minas Gerais e de São Paulo encontradas por Marcondes (2005) são de 3,7 e 6,6 respectivamente, para informações econômicas e demográficas da década de 1870.

A média inferior de Palmares às encontradas em 1830 em São Paulo e Minas Gerais ocorre devido ao maior percentual de escravos na população naquela época. A média continua inferior à de São Paulo o que demonstra posses de escravos superiores na região produtora de café ao mesmo tempo em que ocorria uma transição para mão de obra livre em Palmares.

A moda de tamanho de plantel encontrada em Minas Gerais e São Paulo (Luna & Klein, 2013), em São Cristóvão (Motta, Nozoe, & Costa, 2004) e em Palmares é igual a um. Esse indicador mostra a importância

relativa dos pequenos proprietários no total dos proprietários em diversas regiões brasileiras, em especial em áreas de exportação de monocultura, como Palmares.

O percentual de domicílios com escravos em Palmares, 13%, foi inferior aos encontrados em São Cristóvão de aproximadamente 25% (Motta, Nozoe, & Costa, 2004), inferior aos encontrados para São Paulo, de aproximadamente 25% para análises de Censos de 1750 a 1850 (Luna & Klein, 2003), e também inferior à porcentagem de 40 a 45% dos domicílios com escravos em Minas Gerais para 1804 (Luna F. V., 1981). Esse menor percentual é observado pela diminuição do percentual relativo de escravos na população geral brasileira.

A estrutura de posse de Palmares é semelhante à encontrada em outras regiões do Brasil. Existe uma grande participação de pequenos proprietários no total de senhores de escravos, compondo a maioria deles. Os grandes proprietários compõem um número mínimo do total de senhores de escravo, embora a sua participação em Palmares seja superior à encontrada em outras áreas urbanas, como São Cristóvão (Motta, Nozoe, & Costa, 2004) em pesquisa utilizando relatório sobre a população em 1870, que não possuía nenhum proprietário com mais de 32 escravos. Palmares apresenta um percentual semelhante ao encontrado para a Zona da Mata nos inventários.

Tabela 9: Porcentual de proprietários em intervalos de plantel, em Pernambuco

Autor	Área	Período	Senhores com <20 escravos	Senhores com <10 escravos
Versiani e Vergolino, 2003	Palmares	1872	94,70%	84,80%
	Sertão de Pernambuco	1800 a 1888	97,70%	82,30%
Versiani e Vergolino, 2003	Agreste de Pernambuco	1800 a 1888	93,60%	82,10%
	Zona da Mata	1800 a 1850	80,00%	62,60%
	Zona da Mata	1850 a 1888	88,80%	78,80%

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos; Elaboração própria.

Comparando os resultados de Palmares com aqueles encontrados por Versiani e Vergolino (2003), percebemos que Palmares, um município da Zona da Mata açucareira, em um período de expansão da produção de açúcar, apresentava um percentual semelhante de proprietários de escravos com plantéis de até dez escravos àqueles encontrados nas outras regiões da província. Ao longo do século, os valores obtidos são, na pesquisa para a região do agreste, de 82,1% e, do sertão, de 82,3%, enquanto o encontrado para Palmares é de 84,8% do total de proprietários. Os proprietários com plantéis de até 20 escravos no agreste correspondem a 93,6% do total de plantéis, no sertão correspondem a 97,7%, enquanto em Palmares o valor obtido foi de 94,7%, por último os plantéis com mais de vinte escravos em Palmares correspondem a 5,31% do total, enquanto este número é de 6,4% no agreste e 2,3% no sertão. Palmares apresenta maior número relativo de pequenos proprietários que o agreste e menor que o do sertão.

Observa-se uma distribuição de proprietários semelhante em Palmares às outras duas regiões de Pernambuco analisadas. Esperava-se que Palmares obtivesse uma maior concentração de posse e um maior número relativo de grandes proprietários que as outras regiões, essa diferença ocorre devido às análises dos inventários terem sido feitas durante todo o século enquanto a análise de Palmares foi realizada para 1872, período em que a transição para a mão de obra livre em Pernambuco estava mais avançada e em que a população escrava tinha uma menor participação relativa no total da população.

Tabela 10: Estrutura de posse em Pernambuco, século XIX

Período	Escravos							
	1800 a 1830		1830 a 1850		1850 a 1870		1870 a 1890	
Plantel	Total	Porcentagem	Total	Porcentagem	Total	Porcentagem	Total	Porcentagem
1	53	1,00%	67	1,50%	204	2,70%	176	3,90%
2 a 5	606	11,50%	614	13,30%	1517	20,20%	1129	24,80%
6 a 10	676	12,80%	807	17,50%	1632	21,80%	813	17,90%
11 a 20	869	16,50%	1072	23,30%	1282	17,10%	753	16,60%
21 a 40	920	17,40%	567	12,30%	1503	20,00%	646	14,20%
41 a 100	614	11,60%	1167	25,30%	1119	14,90%	686	15,10%
(+) 100	1539	29,20%	315	6,80%	243	3,20%	343	7,50%
TOTAL	5277	100,00%	4609	100,00%	7500	100,00%	4546	100,00%

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos; Elaboração própria.

Ao analisarem-se os dados dos inventários de Pernambuco ao longo do século XIX, observa-se a tendência de diminuição da posse de plantéis e aumento do percentual relativo e absoluto dos escravos presentes em pequenos plantéis. Os plantéis com mais de quarenta escravos representavam 40,8% da população escrava encontrada, e esse número diminui para 32,1% de 1830 a 1850, para 18,1% de 1850 a 1870 e para 22,6% de 1870 a 1890. A tendência de queda ao longo do século é semelhante à observada em Palmares, com o aumento da representatividade de plantéis pequenos e intermediários.

A Zona da Mata apresenta uma diminuição do percentual de proprietários com mais de vinte escravos no total de proprietários de 20% no primeiro período analisado para 11,2% no segundo. Considerando a diminuição relativa da população escrava no total da população de Pernambuco entre os dois períodos, essa diminuição ocorre devido a uma distribuição menos desigual da posse escrava no segundo. Palmares apresenta uma maior participação relativa de pequenos plantéis do que a encontrada pela análise de inventários. Os resultados para Palmares apresentam semelhanças com a literatura para a posse de escravos no século XIX, existindo uma pequena participação dos grandes proprietários

no total de senhores de escravos e uma grande importância dos pequenos proprietários.

Tabela 11: Estrutura da posse de escravos, Brasil, diversas regiões e períodos.

Autor	Área	Período	Escravos em plantéis <20	Escravos em plantéis <10
	Palmares	1872	70,0%	45,2%
Marcondes, 1998	São Paulo	1872	55,0%	36,0%
Luna e Klen, 2003	São Paulo	1777-1829	61 a 73%	40 a 50%
Luna 81 a 83	Área da mineração de ouro	Século XVIII	73 a 76%	46 a 57%
Costa 81				
Bergad, 99	Minas Gerais	Ver período	~50%	
Paiva, 96	Minas Gerais	Década de 1830	66,0%	44,0%
Schwartz, 1982	Bahia	1816 -1817	53,0%	36,0%
Versiani e Vergolino, 2003.	Sertão de Pernambuco	1800 a 1888	89,3%	56,2%
Versiani e Vergolino, 2003.	Agreste de Pernambuco	1800 a 1888	61,5%	41,8%
	Zona da Mata	1800 a 1850	29,2%	15,4%
	Zona da Mata	1850 a 1888	46,5%	31,0%
Luna e Klein, 2013.	São Paulo	Década de 1830	44,5%	40,6%
Luna e Klein, 2013.	Minas Gerais	Década de 1830	62,05%	40,6%

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos; Elaboração própria

O percentual de escravos em Palmares que pertencia a plantéis iguais ou inferiores a 20 escravos era de 70% enquanto os que pertenciam a plantéis iguais ou inferiores a 10 escravos correspondiam a 45,2% do total. O valor relativo de escravos em plantéis menores ou iguais a dez e menores ou iguais a vinte escravos encontrados para Palmares são semelhantes a outras regiões encontradas na literatura, como por Paiva (1996) para Minas Gerais.

Os valores encontrados para Palmares são superiores aos encontrado por Versiani e Vergolino (2003) para as regiões do Agreste e inferiores aos encontrados para a região do Sertão. Esses resultados condizem com os valores observados para os proprietários de plantéis de ambas as regiões, que mostram um maior número de grandes proprietários para região do Agreste e menor para o Sertão. Espera-se uma maior concentração de escravos na Zona da Mata, e a maior concentração de escravos do Agreste deve-se aos inventários serem

coletados para todo o período, sendo que houve uma diminuição gradual das grandes posses em Pernambuco e os inventários são tendenciosos a maiores plantéis devido a sobreavaliarem indivíduos mais velhos.

Palmares apresenta menor porcentual de escravos nestes plantéis e superior aos achados por Schwartz em sua análise da Bahia em 1816 e 1817 e Marcondes para seu estudo sobre São Paulo no período de 1872. A região de São Paulo em 1830 estava em crescimento devido ao aumento da produção de café, atividade que concentrava a mão de obra escrava, enquanto a Bahia, de 1816 a 1817, tinha como atividade principal a produção açucareira. A diferença entre a Bahia e Palmares encontrada evidencia a modificação na estrutura produtiva da atividade açucareira, com menor número de escravos e maior participação de pequenos plantéis, como os utilizados por agricultores em sistemas de parcerias.

5. Famílias

A instituição da família, dentro do regime da escravidão, é uma importante questão a ser analisada. A maioria dos cativos tentou viver sob esse cruel regime da melhor forma possível (Luna & Klein, 2010). O convívio dos cativos fez com que esses criassem vínculos, apesar das dificuldades impostas pelo próprio cativo (Rocha, 2004).

Como formas pelas quais a violência da escravidão ocorreu podemos citar possíveis diferenças culturais e linguísticas entre os escravos, outros aspectos que dificultariam a formação de famílias citados por Florentino e Góes (1997), a chegada constante de novos integrantes aos grupos e o alto nível de masculinidade da população escrava que predominou por maior parte da escravidão. Outros motivos da hostilidade do ambiente são a ameaça de que tal instituição seja desmanchada devido a vendas, divisão de heranças, entre outros motivos decorrentes da escravidão.

A própria hostilidade do ambiente em que os escravos viviam pode ser considerada um incentivo a criação de laços familiares, pois tais laços serviriam de conexões que os escravos formariam para melhor viver nesta situação (Florentino & Góes, 1997). Há divergências sobre visão que os proprietários tinham da instituição familiar para escravos, uma das visões seria que a instituição era positiva para os proprietários e que estes a incentivavam por criar “paz nas senzalas”, diminuindo os conflitos com os proprietários (Florentino & Góes, 1997). Outra visão era a de que a família incentivava a rebelião e conflitos entre escravos e proprietários, e estes a aceitavam como um mal necessário para a eficiência da escravidão (Slenes R. W., 1999). Vale citar que o rompimento da instituição por vendas ou herança gerava custos, com a maior probabilidade de revolta do escravo (Rocha, 2004).

O trabalho observou os dados do Livro de Classificações de 1873, organizado devido à Lei do Ventre Livre. Essa lei mudava o regime de escravidão vigente no Brasil. Grande parte da lei estava destinada a criar

mecanismos para a proteção da unidade familiar dentro do regime de escravidão. A lei criava um fundo que seria destinado à libertação dos escravos, priorizando famílias, entre outros grupos. A lei também impedia que cônjuges fossem separados por venda ou herança e que filhos menores de 12 anos fossem separados por venda ou herança da mãe ou do pai.

A lei indica que a questão da família escrava era um assunto debatido pela sociedade, sendo que a sua integridade, mesmo que parcial, fosse defendida por lei. Segundo Slenes (Slenes R. W., 1999), o casamento entre escravos acontecia com o reconhecimento dos senhores de escravos das relações já existentes entre os cativos, por isso o número de casamentos apresenta um valor menor que o das relações estáveis entre escravos.

Segundo o Censo, dos 3946 escravos, 280 eram casados ou viúvos, uma porcentagem de 7,1% do total, mas a partir dos dados do Livro de Classificação haveria 503 casados ou viúvos de 4011 escravos, ou seja, 12,5%. Para a população livre, de 26.883 havia 11.396 casados ou viúvos, 42,4% do total. Essa diferença encontrada entre tais valores mostra que os senhores aceitavam casar famílias já estabelecidas (Slenes R. W., 1999) e que estes casamentos ocorriam com pouca frequência. A diferença entre o Censo e o Livro de Classificação pode ser motivada pelas penalidades de envio de dados incorretos para o Livro de Classificação.

Segundo o Censo havia 210 escravos casados, 5,3%, e pelos dados do Livro de Classificações haveria 375, ou 9,3% do total. Considera-se que grande parte das famílias de escravos em Palmares não era legitimada, portanto a Lei do Ventre Livre beneficiaria uma pequena quantidade das famílias já existentes em Palmares.

Foram observados 1013 escravos com 12 anos ou menos em Palmares, logo 25,3% dos escravos não podiam ser vendidos separadamente do pai ou da mãe. Observa-se que vários destes poderiam

ser posteriormente vendidos, quando completassem treze anos, porém esse valor mostra que parte dos escravos estava momentaneamente protegida do termino de relações familiares por motivo de venda.

Tabela 12: Estado civil da população de Palmares

	Solteiro	Casado	Viúvo	Total
Intensivo em Esforço	2122	293	92	2507
Intensivo em Habilidade	608	76	34	718
Sem especialidade	145	6	2	153
Total	2875	375	128	3378

Fonte: Livro de Classificação dos Escravos; Elaboração própria

Foram observados os dados do Livro de Classificação de casados, solteiros e viúvos entre os escravos e como estes estavam separados entre escravos intensivos em esforço, habilidade e sem especialidade. Foram excluídos os escravos com menos de 9 anos da base de dados para esta análise devido aos escravos casados mais jovens possuírem 9 anos. Os Solteiros eram maioria em todos os grupos, enquanto os viúvos eram minoria. As taxas de casamento, contando assim casados e viúvos, foi de 15,4% entre os intensivos em esforço, 15,3% em intensivos em habilidade e 5,2% entre os sem especialização. Os dados indicam que o casamento não era um incentivo positivo comumente usado devido à diferença dos ofícios dos escravos.

A criação da Lei do Ventre Livre pode ser analisada como uma importante modificação da estrutura da família escrava dentro do regime de escravidão. Os percentuais encontrados mostram um significativo aumento aos direitos legais dos escravos. A impossibilidade de se separar uma família pode ser considerado uma vantagem às famílias já existentes, assim como para quaisquer futuras, incentivando os escravos a criarem vínculos, mas por outro lado pode ser considerado que tal medida criaria um incentivo negativo para os senhores legitimarem a família escrava.

6. Conclusões

A estrutura de posse de escravos em Palmares em 1872 apresenta uma grande quantidade de pequenos proprietários, sendo que estes possuíam um percentual significativo do total de escravos do município. Os proprietários intermediários eram os mais importantes em Palmares, esta faixa possuía a maior quantidade de escravos encontrada. A participação dos pequenos proprietários corresponde ao achado na literatura sobre estrutura da posse de escravo em diversas regiões brasileiras como por Motta, Nozoe e Costa (2004), Luna e Klein (2010) e Versiani e Vergolino (2003).

A importância dos plantéis intermediários e pequenos em Palmares indica uma mudança na estrutura produtiva na região do açúcar pernambucano. A produção de açúcar seria feita de maneira mais descentralizada, com grande utilização de mão de obra livre e por meio do sistema de parcerias, os parceiros, moradores e especialmente lavradores, teriam plantéis pequenos ou plantéis pequenos ou intermediários respectivamente. A grande importância dos plantéis intermediários indica a importância dos lavradores na época, semelhante ao observado por Eisenberg (1974) e Andrade (1964).

O Índice de Gini em Palmares indica uma posse bem distribuída de escravos entre os proprietários. Segundo a estimativa deste artigo, 13% dos domicílios com escravos em Palmares, e esse valor foi inferior ao encontrado em outras regiões do Brasil. A posse de escravos, embora bem distribuída entre os proprietários, estava se tornando mais rara com o decorrer do século devido.

Um dos principais fatores para essa alteração foi a diminuição do percentual relativo da população escrava em Pernambuco em relação à população total durante o século, essa mudança acompanhou a mesma tendência que ocorreu no Brasil. A mudança estrutural, de maior participação de pequenos produtores em Palmares, acompanhou as

mesmas observações feitas para Pernambuco, o que mostra que não só a estrutura produtiva do açúcar e dos engenhos estava mudando, mas toda a estrutura produtiva da província, com a diminuição da participação da mão de obra escrava.

A Lei do Ventre Livre aumentou os direitos legais dos escravos. Seja por impedir a venda separada dos filhos, por impedir a separação de cônjuges ou pelo direito a própria compra, que custaria em média 1.033\$086 mil-réis ou 112,32 libras, um valor alto. O direito ao casamento não foi considerado um incentivo positivo diferenciador de casos em que os escravos pertenciam a atividades intensivas em esforço ou habilidade. Foi observado que 25,3% dos escravos seriam beneficiados por não serem separados dos pais, enquanto 9,3% não seriam separados devido a estarem casados.

Bibliografia

- ACEMOGLU, D., & WOLITZKY, A. (2011). The economics of labor coercion. *Econometrica*, 555-600.
- ANDRADE, M. C. (1964). *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo.
- BERGAD, L. W. (1999). *Slavery and the Demographic and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CAMPOS. (2010). Escravidão e liberdade nas barras dos tribunais.
- CORRÊA, A. d. (2013). "Homens africanos, mulheres crioulas: origem e sexo dos escravos em Caçapava (primeira metade do século XX). *Revista Latino-Americana de História*, 30-49.
- COSTA, I. d. (1981). Populações mineiras. *Ensaio Econômico*.
- DAUWE, F. (2010). Liberdade Inconveniente: os múltiplos sentidos da liberdade pelo Fundo de Emancipação de Escravos. *X Encontro Estadual de História*. Santa Maria - RS: Universidade Federal de Santa Maria.
- DENSLOW JR., D. A. (s.d.). *Sugar Production in Cuba and Northwest Brazil 1858 - 1908. PhD Dissertation*. 1974: Yale University.
- DUSSEN, A. v. (1947). *Relatório sobre as capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639)*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool.
- EISENBERG, P. L. (1974). *The sugar industry in Pernambuco: modernization without change, 1840 - 1910*. University of California Press.
- FENOALTEA, S. (1984). Slavery and supervision in comparative perspective: A model. *The Journal of Economic History*, 635-668.

- FLORENTINO, M., & Góes, J. R. (1997). *A paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FOGEL, R. W., & ENGERMAN, S. L. (1977). Explaining the relative efficiency of slave agriculture in the antebellum south. *The American Economic Review*, 275-296.
- GALVÃO, S. d. (2006). *Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco* (2ª ed., Vol. 4). Recife: Companhia Editora de Pernambuco.
- IBGE. (1986). *Séries Estatísticas Retrospectivas* (Repertório Estatístico do Brasil. Quadros Retrospectivos ed., Vol. 1). Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE. (1987). *Estatísticas Históricas do Brasil: Séries Econômicas e Demográficas e Sociais de 1550 a 1985*. Rio de Janeiro.
- LUNA, F. V. (1981). Minas Gerais, escravos e senhores: análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1714-1804). 8.
- LUNA, F. V. (1988). Estrutura de posse de escravos e atividades produtivas em Jacareí (1777 a 1829). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 23-35.
- LUNA, F. V., & COSTA, I. d. (1983). Posse de Escravos em São Paulo no Início do Século XIX. *Estudo Econômico*, 211-221.
- LUNA, F. V., & KLEIN, H. S. (2003). Slavery and the Economy of São Paulo, 1750 - 1850.
- LUNA, F. V., & KLEIN, H. S. (2010). *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- LUNA, F. V., & KLEIN, H. S. (21 de 2 de 2013). Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830. *Revista Brasileira de Estudos de População*, pp. 173-193.

- MARCONDES, R. L. (1998). A pequena e a média propriedade na grande lavoura cafeeira do vale do Paraíba. *Lócus: revista de história*, 35-54.
- MARCONDES, R. L. (2005). Desigualdades regionais brasileiras: comércio marítimo e posse de cativos na década de 1870. *Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo*.
- MOTTA, J. F., NOZOE, N., & Costa, I. d. (2004). Às vésperas da abolição um estudo sobre a estrutura da posse de escravos em São Cristóvão (RJ), 1870. *Estudo Econômico*, 157-213.
- PAIVA, C. (1996). *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- PAIVA, C. A. (1996). *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX. Tese de Doutorado*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- ROCHA, C. M. (2004). *História das famílias escravas*. Campinas: Unicamp.
- SCHWARTZ, S. B. (1988). *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550 - 1835*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SLENES, R. W. (1975). The demography and economics of Brazilian slavery. *Dept. of History, Stanford University*.
- SLENES, R. W. (1999). *Na senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- VERSIANI, F. R. (1994). Escravidão no Brasil: uma Análise Econômica. *Revista Brasileira de Economia*, 463-478.
- VERSIANI, F. R. (2007). Escravidão "suave" no Brasil: Gilberto Freyre tinha razão? *Revista de Economia Política*, 106.

VERSIANI, F. R., & Vergolino, J. R. (2003). Posse de escravos e estrutura de riqueza no agreste e sertão de Pernambuco. *Estudos Econômicos*, pp. 353-393.

ZERO, A. H. (2004). *O preço da liberdade: caminhos da infância tutelada, Rio Claro 1871-1888*. Campinas: UNICAMP.